

## Governo prevê perda de R\$ 12 bi na arrecadação

Por Fábio Pupo | De Brasília

A equipe econômica cortou em R\$ 12 bilhões a previsão de recolhimento de Imposto de Renda (IR) neste ano. A frustração, equivalente ao da arrecadação estimada com a privatização da Eletrobras, é registrada pela não aprovação da mudança na tributação de fundos de investimento e pela criação de uma lei que possibilitou a regularização de benefícios tributários.

A possibilidade de os Estados regularizarem benefícios concedidos no passado sem autorização do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) foi criado pela Lei Complementar 160/2017. Na tramitação, o Congresso derrubou dois vetos presidenciais que resguardariam o recolhimento da União. O presidente Temer, na mensagem de veto, chamou atenção para o risco de o texto "representar significativo impacto na arrecadação".

Com a derrubada dos vetos de Temer, benefícios e incentivos fiscais de ICMS passaram a ser considerados subvenções para investimento e ficaram de fora do cálculo de IR pela Receita. Além de IR, a lei faz o governo perder receitas com CSLL, PIS e Cofins.

A Lei 160/2017 explica apenas parte da perda de receita com a frustração de IR no ano. Outros R\$ 6 bilhões são explicados pela perda da MP 806/2017, que alteraria a tributação de fundos de investimento exclusivos. Como não foi aprovada em 2017, não pode valer para este ano, porque obedece ao princípio da anterioridade. A criação ou alteração de IR precisa ser feita no exercício anterior ao do início da cobrança.

O tamanho da frustração com IR foi divulgado pelo Ministério do Planejamento ontem em relatório extemporâneo de avaliação de receitas e despesas. O documento costuma ser publicado junto com o decreto de programação orçamentária e financeira, que no

começo do mês estabeleceu uma reserva de contingenciamento de R\$ 16,2 bilhões no Orçamento.

Segundo a assessoria da pasta, não houve tempo hábil para que o relatório fosse divulgado com o decreto. No entanto, o ministério afirma que seguiu prazo legal. O dado divulgado é um novo detalhamento das previsões orçamentárias, mas não mudará a conta do contingenciamento já divulgada.

Além da frustração com IR, o governo previa que outras rubricas, como a do Regime Geral de Previdência Social, teriam arrecadação menor. Alguns fatores compensam parcialmente a frustração, como as receitas maiores com concessões e permissões de infraestrutura e a exploração de recursos naturais devido à previsão de preço maior para o petróleo. Mesmo assim, restaria uma frustração de R\$ 1,39 bilhão em receitas.

## Governo libera R\$ 2 bi às vésperas da Previdência

Verba para os municípios foi anunciada no ano passado; Marun diz que projeto é ‘cala a boca’ para quem dizia que promessa não seria cumprida

Adriana Fernandes  
Carla Araújo

Às vésperas da data prevista para o início da discussão da reforma da Previdência (19 de fevereiro), o governo encaminhou projeto para repassar R\$ 2 bilhões do Orçamento aos prefeitos. A liberação do dinheiro foi negociada no ano passado pelo presidente Michel Temer dentro do esforço para aprovação do projeto.

Mas, como o dinheiro não saiu até agora, os aliados estavam reclamando. Para atender a essa demanda, outras despesas terão de ser cortadas do Orçamento. Para o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, o envio do projeto “cala a boca” daqueles que afirmaram que o governo não iria cumprir o que prometeu. “O governo está honrando o compromisso.

Mais uma vez calando a boca da caravana do atraso”, disse o ministro ao Estadão/Broadcast. Marun reuniu-se ontem à tarde com o presidente Michel Temer no Palácio da Alvorada e, na saída, ao anunciar uma reunião hoje com o presidente da Câmara, Rodrigo

Maia (DEM/RJ), afirmou que “está chegando a hora da verdade”.

Apesar das dificuldades para fechar apoio dos parlamentares à proposta, o ministro tentou manter uma postura otimista e reafirmou a ideia de que a votação vai ocorrer neste mês e que faltam ainda 40 votos. “É a metade daqueles que se declaram indecisos”, completou.

Esforço.

A liberação dos R\$ 2 bilhões para as prefeituras foi negociada no ano passado por Temer, dentro do esforço para aprovação da reforma da Previdência.

O governo chegou a enviar uma medida provisória autorizando o repasse, mas a transferência dependia de dotação orçamentária. O projeto de lei enviado ontem abre crédito no Orçamento fiscal em favor dos ministérios da Educação, da Saúde e do Desenvolvimento Social para repasse aos prefeitos.

A mensagem de envio do texto foi publicada no Diário Oficial da União de ontem. Para o Ministério do Planejamento, o crédito não altera o corte do Orçamento nem o cumprimento da meta fiscal deste ano. Marun informou que vai fechar uma agenda para a ofensiva final para a aprovação da reforma. O ministro, que retornou ontem para Brasília, minimizou a repercussão

da reforma em enredos críticos de blocos carnavalescos.

“Não achei tantas críticas. Um ou dois blocos. Faz parte. Sabemos que parte da população, por desinformação ou por ver seus interesses pessoais atingidos, é contrária à reforma da Previdência. É natural que tenha havido manifestação contrária”, avaliou. O ministro disse que continua acreditando na aprovação. “Me mantenho como estava antes do carnaval: confiante.”

Para a estratégia de votação, Marun disse que na ofensiva não tem muito o que inventar. Para ele, “jogar” a reforma para o ano que vem traz o risco de uma proposta mais dura, com a possibilidade de “alguém se eleger dizendo que a reforma não é necessária”. Por isso reafirmou que a votação tem que acontecer este mês: “A data limite é fevereiro. O presidente Rodrigo (Maia), nas vezes que com ele conversei, também tem esse entendimento”.

Ao destacar a reunião de hoje com Maia e o encontro com Temer ontem, Marun classificou os dois “como protagonistas desse processo”. “Estabelecemos a estratégia de tentar já na segunda-feira fazer uma reunião com os líderes para que eles nos tragam as avaliações mais atualizadas das suas bancadas e avançarmos”, destacou.

## Maia já prepara um discurso para engavetar a reforma

Igor Gadelha

Descrente de que o governo reúna os 308 votos necessários para aprovar a reforma da Previdência, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), já prepara o discurso para anunciar, no final de fevereiro, o engavetamento da matéria, segundo apurou o Estadão/ Broadcast.

Para evitar que o ônus do anúncio recaia sobre o Congresso Nacional e, muito menos, sobre ele, Maia deve responsabilizar o Palácio do Planalto por não ter obtido apoio suficiente à proposta. Deve dizer, ainda, que não vale a pena colocar a matéria em votação para ser derrotada. Nos bastidores, outras lideranças partidárias também dão como certo que a proposta será engavetada.

A maioria suspendeu as

articulações em torno da reforma da Previdência durante o período carnavalesco. Só devem retomar as conversas a partir deste domingo. Sem o placar mínimo de votos para aprovação, a expectativa é de que o início da discussão em plenário, antes previsto para esta segunda, dia 19, seja mais uma vez adiado.

O próprio relator da reforma, deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA), viajou ao exterior com a família na semana passada e só retorna domingo, segundo sua assessoria. Os principais líderes também só devem chegar a Brasília no domingo ou na segunda, entre eles, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) e André Moura (PSC-SE), líderes do governo na Câmara e no Congresso, respectivamente, e Baleia Rossi (SP), líder do MDB, partido do presidente Michel Temer.

Segundo interlocutores,

Rodrigo Maia decidiu que cumprirá seu “papel institucional” de presidente da Câmara ao anunciar que não pautará a votação da reforma antes das eleições. Esse anúncio deve ser feito antes mesmo do dia 28, data limite prevista para a votação. Até então, o parlamentar fluminense resistia em fazer esse anúncio e se mostrava muito incomodado com o discurso do governo de transferir para os deputados a culpa pela frustração com a reforma.

Avaliação do grupo de Maia é de que o anúncio pode favorecer a candidatura dele à Presidência da República, pois o descolaria de uma pauta impopular. O parlamentar fluminense, contudo, pretende manter o discurso de que a reforma é “necessária” e investir na tese de que as eleições presidenciais de outubro é que resolverão o futuro da proposta.

por Vicente Nunes / vicentenunes.dig@datbr.com.br

# O peso da folha

**A**s medidas tomadas pelo governo para conter o crescimento dos gastos com servidores — os concursos estão sendo liberados a conta-gotas — têm dado poucos resultados. Sem uma reestruturação profunda nas carreiras do funcionalismo, as despesas com pessoal chegarão a níveis alarmantes, tornando ainda mais complicado o ajuste fiscal. Nos últimos seis anos, o aumento médio real da folha salarial, incluindo ativos e inativos, foi de 6,5% ao ano. Em 2017, especificamente, esses gastos cresceram três vezes mais do que a inflação oficial (2,95%).

Diante desses números, não resta dúvida de que, tirada a reforma da Previdência Social do radar (aprovada, ou não), o governo terá que se debruçar sobre o projeto que muda toda a estrutura do funcionalismo. Não é possível que servidores continuem entrando no serviço público ganhando de R\$ 15 mil a R\$ 20 mil por mês, salários próximos aos daqueles que estão à beira de se aposentarem. Com esses rendimentos iniciais, não há estímulo para que executem bem as suas funções. Ao longo do tempo, acabam se acomodando, pois falta um plano de carreiras que premie os melhores com promoções.

A reestruturação das carreiras do funcionalismo público foi alvo de intensos estudos pelo Ministério do Planejamento no ano passado. Depois de analisar toda a estrutura salarial de cada grupo — são mais de 200 —, o órgão produziu um projeto de lei que limpa o modelo atual e corrige as distorções. A proposta com as mudanças está na Casa Civil e prevê salários iniciais de até R\$ 2,8 mil nos cargos de nível médio e de até R\$ 5 mil nos de nível superior.

Os servidores que entrarem no governo

já nessas condições levarão pelo menos 20 anos para atingir os salários máximos da carreira, num sistema meritório, muito parecido com o que prevalece na iniciativa privada. A medida, se aprovada pelo Congresso, obrigará os funcionários federais a se capacitarem, a provarem que são bons e que merecem ter reajustes nos contracheques. Mais que isso, eles terão que dar retorno adequado à sociedade, sobretudo por meio da prestação de serviços. Hoje, mesmo custando caríssimo, o Estado dá um péssimo atendimento aos contribuintes.

## Quadro dramático

Na avaliação de Arnaldo Lima, assessor especial do Planejamento, o projeto que reestrutura as carreiras do funcionalismo não deve provocar tanta polêmica. Ele acredita que há uma consciência de que os gastos com servidores não podem continuar crescendo, indefinidamente, acima da inflação.

Com o teto dos gastos, mantido o atual ritmo de expansão da folha salarial, o governo terá que tirar recursos de áreas essenciais para custear a folha de pessoal. A situação é tão dramática que a União vem bancando uma série de despesas por meio da emissão de dívidas. Ou seja, o Tesouro Nacional já não arrecada o suficiente para cobrir despesas corriqueiras. Pior, corre o risco de incorrer em crime de responsabilidade fiscal.

Se a situação já é difícil na União, o quadro se torna dramático entre estados e municípios. Pelos cálculos do assessor do Planejamento, os gastos com salários têm aumentado, em média, 20% ao ano acima da inflação. Quer dizer: a cada quatro ou cinco

anos, as despesas com o funcionalismo dobram de tamanho. Não há país que consiga sustentar tamanha fatura. Não por acaso, estados como o Rio de Janeiro, o Rio Grande do Sul e o Rio Grande do Norte estão quebrados, deixando os cidadãos ao deus-dará. A violência no carnaval carioca é o exemplo mais contundente do descalabro desses estados.

Lima ressalta que os servidores ativos e inativos da União consomem, por ano, 4,3% do Produto Interno Bruto (PIB). Quando essa conta considera estados e municípios, mas só computa os que estão trabalhando, a fatura corresponde a 10,5% de todas as riquezas produzidas pelo país. Isso mesmo: de cada R\$ 100 de tudo o que o Brasil produz por ano, R\$ 10,50 vão para o pagamento de servidores da ativa. Essas despesas são superiores à verificada na média dos países ricos, de 10%, segundo levantamento da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

## No banco dos réus

Muitos dos problemas que estão sendo enfrentados pela União e por estados e municípios foram causados por governos perdulários e irresponsáveis, que deram reajustes salariais e incharam a máquina de servidores como se o dinheiro dos contribuintes fosse infinito. No caso da administração federal, há aumentos salariais contratados até 2019, o que fará com que a folha de pessoal continue subindo muito além da inflação. O reajuste previsto para este ano foi parar na Justiça e está sendo pago por meio de uma liminar concedida pelo ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF).

“Os gastos da União com servidores sobem muito por conta dos reajustes concedidos nos últimos anos e por conta dos aumentos vegetativos, como os dados a pessoas que mudam de função”, explica Arnaldo Lima. Ele destaca que, no Executivo, o salário médio está hoje ligeiramente acima de R\$ 10 mil por mês. No Judiciário e no Legislativo, as remunerações médias variam entre R\$ 16 mil e R\$ 17 mil. Isso, sem nenhum dos penduricalhos que incham os contracheques. Segundo o Banco Mundial, na média, os funcionários públicos no Brasil recebem 67% a mais do que os trabalhadores da iniciativa privada. É uma transferência de riqueza impressionante para um grupo pequeno de brasileiros.

*Gastos com o funcionalismo público continuam crescendo muito acima da inflação e devem dominar o debate logo depois da decisão, para o bem ou para o mal, sobre a reforma da Previdência*